PROCESSO CEE: 1297/82 - DRE/A - Nº 161/82
INTERESSADO : PAULO JAIR FERREIRA
ASSUNTO : REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR
RELATOR : CONSº PE. LIONEL CORBEIL
PARECER CEE : 0017 /83 - CEEG - APROVADO EM 19 / 1 /83

2 - A P R E C I A Ç Ã O

1 - H I S T Ó R I C O

1.1. A direção da EEPSG de Castilho, D.E, do Andradina através de ofício dirigido ao Sr. Delegado do Ensino da referida cidade, solicitou providências no sentido de regularizar a vida escolar de Paulo Jair Ferreira, cuja escolaridade é a que se segue:

1.1.1. fez a 1ª e 2ª séries do Curso Supletivo, modalidade suplência de 2º grau na Escola de Primeiro e Segundo Graus "Stella Maris", Andradina, em 1978;

1.1.2. matriculou-se em 1980 na EEPSG de Castilho, onde cursou e concluiu a 3ª série do curso de Formação Profissionalizante Básica, Setor Primário.

Foi submetido a processo de adaptação referente à 2ª série do mencionado curso, nas disciplinas:

- Técnicas de Redação em Língua Portuguesa, Química Aplicada, Física Aplicada, Biologia Celular - Genética, Noções Básicas de Agricultura e Zootecnia, Programas de Informação Profissional (fls.04).

1.2. Na época da análise da documentação da matrícula, por transferência, o caso do aluno foi submetido à apreciação do Conselho de Classe, tendo sido deliberado que o mesmo deveria fazer somente adaptação nas disciplinas de Formação Especial.

No entanto, as autoridades preopinantes da Secretaria de Estado da Educação apontaram o fato de que o interessado não cumpriu as seguintes disciplinas obrigatórias: Educação Artística e Programas de Saúde.

A CEI, no seu Parecer, manifestou-se no sentido de dispensar o aluno de Programas de Saúde e, quanto à Educação Artística, propôs a realização de programação especial a ser feita pelo estudante na própria escola.

2.1. A irregularidade apontada nos autos reside no fato do aluno, ao se transferir, após cursar as 1ª e 2ª séries do Curso Supletivo de 2º Grau, modalidade Suplência, para a 3ª série do Curso de Formação Profissionalizante Básica, Setor Primário, ter sido dispensado pelo próprio "Conselho de Classe", do estabelecimento, de cumprir, em regime de adaptação, as disciplinas obrigatórias previstas pelo artigo 7º da Lei nº 5692/71.

Assim, o estudante não integralizou o currículo da referida F.P.B. - Setor primário, uma vez que se submeteu somente às adaptações da parte de "Formação Especial" do curso em questão.

2.2. Este Conselho já firmou orientação no sentido de que as matérias do núcleo comum, as do artigo 7º e os mínimos profissionalizantes fixados para cada habilitação serão obrigatoriamente sujeitos a processo de adaptação (Parecer CEE 1185/80).

Por outro lado, ao confrontarmos as grades curriculares das 3 séries cursadas pelo interessado, verificamos que a disciplina Programas de Saúde foi cursada nas 1ª e 2ª séries do CURSO Supletivo com a denominação de Biologia e Programas de Saúde. A disciplina Programas de Saúde, obrigatória pelo artigo 7º da Lei nº 5692/71, pode ser ministrada com a Biologia; significando que o aluno concluiu o curso com a presença dessa matéria.

Quanto à Educação Artística, que não foi estudada durante todo o curso de 2º grau, este Conselho, através do Parecer CEE nº 1625/82, já se manifestou em um caso análogo, que pode ser aplicado ao presente expediente.

O citado Parecer, considerando a falha da escola, propõe, em caráter excepcional, que "a escola remeta ao aluno o conteúdo programático da disciplina Educação Artística e o submeta, após um determinado período de tempo, a um exame especial da referida matéria. A aprendizagem ficará a cargo do interessado".

2.3. Assim, desde que o aluno cumpra a exigência acima referida, devesse fazer jus ao certificado de conclusão de 2º grau, para fins de continuidade de estudos, uma vez que já cum-

priu 300 horas de conteúdo profissionalizante e 2.200 horas no total do curso.

3 - C O N C L U S Ã O

À vista do exposto e em caráter excepcional, a EEPSG de Castilho, D.E. de Andradina, poderá emitir o certificado de conclusão do Curso de Formação Profissionalizante Básica, Setor Primário, em favor de Paulo Jair Ferreira, desde que faça a sua aprendizagem do conteúdo programático de Educação Artística de 2º grau e seja submetido posteriormente a exame especial na própria escola e consiga aprovação.

São Paulo, 20 de dezembro de 1982

a) CONSº PE. LIONEL CORBEIL
RELATOR

4 - D E C I S Ã O D A C Â M A R A

A ~~CÂMARA~~ DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Aroldo Borges Diniz, Francisco Aparecido Cordão, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamasso Garcia, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1982.

a) CONSª MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de janeiro de 1983

a) Consº Alpíno Lopes Casali - no exercício
da Presidência - Art. 13 § 3º do Regimento
do C.E.E.